

VÍNCULOS FAMILIARES EM REDES SOCIAIS PRESENCIAIS E DIGITAIS¹

FAMILY LINKS ON FACE-TO-FACE AND DIGITAL SOCIAL NETWORKS

Camilla Muniz²
Monica Machado³

Resumo

Este artigo reúne abordagens teóricas dos campos da psicossociologia, da antropologia, da sociologia e da comunicação que ajudam a compreender a dinâmica de relacionamento entre membros de uma mesma família no ambiente digital, com os afetos e os conflitos que a integra. As teorias também servem à análise de como as relações familiares nos universos online e offline estão implicadas. Em um mundo conectado à Internet, parentes se comunicam via sites de redes sociais, aplicativos de troca de mensagens e plataformas de chamadas de voz e vídeo diariamente. A metodologia usada é a revisão de literatura, como parte do esforço necessário na pesquisa etnográfica de examinar dados empíricos a partir de uma base teórica que lhes dará significação.

Palavras-chave: Relações familiares. Redes sociais. Comunidades. Antropologia digital. Comunicação mediada.

Abstract

This article brings together theoretical approaches from the fields of psychosociology, anthropology, sociology and communication that help to understand the dynamics of relationship between family members in the digital environment, with the affections and conflicts that integrate it. Theories also serve to analyze how online and offline family relationships are involved. In a world connected to the Internet, relatives communicate via social networking sites, messaging applications, and voice and video call platforms daily. The methodology used is the literature review as part of the effort required in ethnographic research to examine empirical data from a theoretical basis that will give them meaning.

Keywords: Family relationships. Social networks. Communities. Digital anthropology. Mediated communication.

Introdução

¹Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Redes de Comunicação, do VI ComCult, Universidade Paulista, Campus Paraíso, São Paulo – Brasil, 08 a 09 de novembro de 2018.

²Mestranda do Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (Eicos) do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Escola de Comunicação da UFRJ. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). E-mail: camillamuniz@ufrj.br.

³Professora da Escola de Comunicação da UFRJ e do PPG EICOS - IP, doutora em Comunicação e Cultura PPGCOM ECO-UFRJ, cursou pós-doutorado em Antropologia Digital no Instituto de Antropologia da University College London - UK. E-mail: monica.machado@eco.ufrj.br.

A ampliação do acesso às tecnologias de informação e comunicação possibilitou o estabelecimento de novas práticas comunicativas, relacionamentos interpessoais no ambiente digital e comunidades online (Wilson & Peterson, 2002). Nesse cenário, interagir por meio de sites de redes sociais, aplicativos de troca de mensagens e plataformas de chamadas de voz e vídeo, seja pelo computador ou pelo *smartphone*, se tornou parte do cotidiano das famílias contemporâneas, como salienta a perspectiva teórica da antropologia digital (Machado, 2017a, 2017b; Madianou, 2016; Venkatraman, 2017).

Tendo em conta que a família é, em geral, a primeira associação comunitária dos sujeitos (Cooley, 1962) e que a Internet constitui um meio de comunicação para pessoas unidas por parentesco, torna-se importante pôr uma lupa sobre a construção de relações mediadas nesses grupos. A teoria da antropologia digital de tradição inglesa (Hine, 2015; H. A. Horst & Miller, 2012; Machado, 2017a, 2017b; Madianou & Miller, 2012; Miller & Horst, 2015; Miller & Sinanan, 2014; Venkatraman, 2017) é a base para a reflexão sobre esse complexo fenômeno, por sustentar que a interação mediada por tecnologias digitais, carregada de emoções e contradições típicas do mundo social, é tão autêntica quanto o contato face a face. Entende-se que o universo online não é uma mera reprodução do offline, mas um espaço onde se vive verdadeiramente (H. A. Horst & Miller, 2012). Assim, as experiências familiares online, ao conjugarem afetos e conflitos, produzem subjetividade nos indivíduos e se entrelaçam aos vínculos presenciais, podendo tanto afetá-los como ser afetadas por eles.

Busca-se, neste artigo, congregar abordagens que proporcionem uma visão holística da questão. Estudos de parentesco de tradição antropológica (Lévi-Strauss, 1980, 1982; Miller, 1997, 2007; Sahlins, 2013; Sarti, 1992) ajudam a entender a flexibilidade dos arranjos familiares na sociedade contemporânea (Fonseca, 2004; Roudinesco, 2003; Stacey, 1991). A teoria das representações sociais, pelo olhar de Moscovici (1989) e Jodelet (1989), fornece a noção de que sistemas consensuais de interpretação da realidade regem e orientam as relações dos indivíduos, entre eles e com o mundo. A importância de sentimentos e conflitos como parte da intimidade das famílias é vista nas teorias do afeto nas trocas sociais (Lawler, 2001) e da incomensurabilidade (Ferguson, 2012). O valor da comunicação familiar para a formação, a sustentação e a negociação dos relacionamentos entre os membros das famílias está presente nos trabalhos de Koerner e Fitzpatrick (2002, 2006) e Galvin & Braithwaite (2014).

A comunidade familiar na contemporaneidade e a questão do parentesco

Os modelos contemporâneos de família vêm passando por transformações e sendo diversificados, de maneira que o formato nuclear tradicional, composto por um homem e uma mulher unidos pelo casamento com seus filhos biológicos, não é mais hegemônico (Fonseca, 2004). Fatores como o aumento dos índices de separação e divórcio, a maior facilidade de acesso a métodos anticoncepcionais, a participação feminina no mercado de trabalho, o direito dos homossexuais ao casamento e à adoção e a oficialização de uniões poliafetivas deram origem a uma gama de arranjos familiares possíveis. Um deles se materializa nas famílias tentaculares (Kehl, 2013), formadas por casais que vivem a experiência do recasamento mais os filhos, frutos de relacionamentos anteriores, que se tornam irmãos não consanguíneos.

Para abranger a complexidade que envolve as famílias contemporâneas, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utilizou uma variedade de classificações no censo demográfico de 2010 no Brasil. Considerando as famílias únicas (quando há apenas um núcleo familiar no domicílio), a pesquisa mostrou que 49,4% são casais com filhos; 17,7%, casais sem filho(s); 12,2%, mulheres sem cônjuge com filho(s); 6,3%, outros; 5,5%, casais com filho(s) e com parente(s); 4%, mulheres sem cônjuge com filho(s) e com parente(s); 2,5%, casais sem filho(s) e com parente(s); 1,8%, homens sem cônjuge com filho(s); e 0,6%, homens sem cônjuge com filho(s) e com parente(s) (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012). A categoria “Outros” evidencia que as possibilidades de composição familiar são vastas e que a tentativa de encaixá-las em padrões nem sempre é bem-sucedida.

Dessa forma, neste trabalho, privilegia-se a seguinte definição de família, que ultrapassa as fronteiras estabelecidas pela biologia e pelo direito: conjunto de pessoas íntimas que geram uma identidade de grupo e um senso de “lar” e que possuem uma história e um futuro compartilhados por meio de fortes laços de lealdade, emoção e experiência (Koerner & Fitzpatrick, 2002). Tal acepção indica o motivo por que, apesar das mudanças radicais, as relações familiares mantiveram a centralidade dentro da vida social (Fonseca, 2004).

Famílias são encontradas em todo o mundo, embora essas unidades sociais não derivem de uma lei natural que exija sua universalidade nem sejam necessárias à estabilidade e à durabilidade das sociedades (Lévi-Strauss, 1980). De acordo com Lévi-Strauss (1980), explicam a existência da família princípios de cooperação econômica (baseados na divisão do trabalho e no “dar e receber”, que criam uma relação de dependência mútua entre seus membros), laços sentimentais e a própria sociedade, com sua pluralidade de famílias. Segundo

o autor, toda família nasce da aliança entre duas outras preexistentes, capazes de reconhecer que elos não consanguíneos podem conectar os indivíduos e, portanto, a descendência é resultado de um processo social de afinidade — em última instância, o casamento.

Roudinesco (2003) pondera que, apesar das transformações que poderiam abalar a família, ela está longe de ser dissolvida ou destruída. Nem a legalização do aborto, nem a flexibilidade dos modelos de conjugabilidade afetiva, nem a efemeridade dos casamentos, muito menos a decisão de casais de não ter filhos conduziram essa organização social a um fim apocalíptico, a despeito de previsões pessimistas. As desordens não mitigaram o “desejo de família” demonstrado em todas as pesquisas sociológicas: ela é “amada, sonhada e desejada por homens, mulheres e crianças de todas as idades, de todas as orientações sexuais e de todas as condições”, pois é, hoje, “o único valor seguro ao qual ninguém quer renunciar” (Roudinesco, 2003, p. 198). Em um mundo globalizado que impõe condições desfavoráveis aos indivíduos, a família desponta como um lugar de resistência (Roudinesco, 2003, p. 199).

Fonseca (2004) corrobora que a família evoca um conjunto de valores que dá sentido à vida e identidade aos indivíduos. Entre tais valores, destacam-se afeto, felicidade, desenvolvimento pessoal, autorrealização e satisfação emocional. A autora pontua que a família se associa diretamente à organização da vida cotidiana: de acordo com Berger e Luckmann (1966), é por meio da interação contínua com os demais que os sujeitos significam sua existência no dia a dia, dentro do processo de construção social da realidade (p. 40).

O caráter eminentemente social das relações entre os membros das famílias leva ao reconhecimento da contribuição dos estudos de parentesco oriundos da antropologia para as reflexões sobre esses arranjos humanos (Fonseca, 2004; Sarti, 1992). O recuo do modelo nuclear e a heterogeneidade das novas configurações das famílias no contexto atual põem relevância sobre as redes familiares, construídas tanto por laços de sangue quanto por noções socioculturais de compartilhamento e solidariedade (Fonseca, 2004). Segundo Sarti (1992), enquanto a família é um grupo social concreto, o parentesco é uma abstração constituída que a permeia e a ultrapassa, pois se traduz no elo do qual resulta o conjunto. Ao considerar o parentesco nas análises sobre a família, abre-se mão da instituição de um modelo hegemônico e adota-se uma perspectiva entre o holismo e as características de cada cultura.

O parentesco garante a integração das famílias biológicas ao grupo social (Lévi-Strauss, 1982). Para além da biologia, Sahlins (2013) entende o parentesco como uma construção sociocultural, que engloba a consanguinidade e se resume na ideia de

“mutualidade do ser” (p. ix). Parentes são pessoas que participam intrinsecamente da existência umas das outras (Sahlins, 2013, p. ix), capazes de viver, sentir, sofrer e morrer umas pelas outras, de maneira simbólica e emocional. O pertencimento intersubjetivo é o que mantém a união do grupo familiar. Assim, o parentesco pode ser estabelecido por procriação, experiências sociais compartilhadas ou a combinação dos dois fatores, considerando que laços de sangue não são irrevogáveis nem naturais, mas frutos da cultura por serem resultado de uma convenção (Sahlins, 2013) — ou de um processo social de afinidade, nas já citadas palavras de Lévi-Strauss (1980).

A existência transcóporal é outra noção que ajuda a pensar sobre o parentesco e as famílias no cenário contemporâneo. Sahlins (2013) defende que, assim como o sangue, memórias e afetos circulam pelo corpo; por isso, quem os compartilha também compartilha corpos. Segundo ele, os materiais biogenéticos — sangue, leite materno, sêmen, carne e genes, por exemplo — são metáforas para o que realmente torna as pessoas parentes: o compartilhamento do alimento, da casa, da terra e seus recursos, do trabalho, de histórias de migração ou cooperação, de lembranças e do sofrimento. Para que o elo da reprodução sexual configure, de fato, um vínculo, o sustento, como cuidado parental, é uma extensão pós-natal necessária (Sahlins, 2013). Como se diz em bom português, “pai é quem cria”, o que demonstra a importância da figura do provedor — de nutrição e de afeto — para o reconhecimento social, cultural e psicológico da paternidade.

Estudos antropológicos diversos mostram que irmandade, adoção, amizade e reencarnação também formam parentesco, provando que tudo que é construído genealogicamente pode ser estabelecido sociologicamente, por ações culturais apropriadas (Sahlins, 2013). Se tal princípio é notado na prática, as pessoas não precisam ficar restritas a laços de sangue fixos: da mesma maneira que relacionamentos são edificados na vida cotidiana, eles podem ser diluídos caso se tornem insatisfatórios, sublinha Sahlins (2013).

A constatação de que o parentesco nunca é uma experiência individual, mas um produto da coletividade, põe em destaque o valor da negociação dos relacionamentos na família. Para Miller (2007), o parentesco é instituído entre duas dimensões: de um lado, a flexibilidade e a diversidade de práticas existentes na vida real das pessoas, e, de outro, o aspecto normativo e idealizado da expectativa que elas têm dessas relações. Os indivíduos percebem, no cotidiano, a falta de rigidez do parentesco, pela possibilidade de construí-lo e desconstruí-lo culturalmente, sobretudo em um contexto de pluralidade de arranjos familiares.

Entretanto, a natureza formal do convívio e das ligações afetivas entre parentes, ligada às projeções de como uns devem ou não agir com os outros, é enraizada nas sociedades: apesar dos problemas que envolvem a família, sempre espera-se amor e apoio dessa rede humana (Miller, 2007).

Como Sahlins (2013) pondera, o pertencimento intersubjetivo que dá sentido à mutualidade do ser permite que os indivíduos escolham quem querem ter como parentes, mas não como devem se comportar com eles, já que as normas do parentesco se fazem presentes na cultura (Sahlins, 2013). Lévi-Strauss (1982) nota que “cada relação familiar define um certo conjunto de direitos e de deveres” (p. 523). A tensão vem da discrepância entre o dado e o vivido. Assim, a negociação surge como um instrumento de conservadorismo, utilizado para manter claras as expectativas referentes ao parentesco e tentar fazer delas normas relativamente constantes — em nome do equilíbrio dos relacionamentos — dentro das múltiplas formas de se relacionar com os parentes na atualidade (Miller, 2007).

A consistência da dimensão formal e normativa do parentesco se explica, em grande parte, pelo fluxo de representações de família circulantes na sociedade, popularizadas sobretudo pela mídia, avalia Miller (2007). Ele lembra que, em programas de televisão, é comum a veiculação do ideário que por mais disfuncionais, difíceis e errados sejam os parentes e os relacionamentos, no fim das contas, a compaixão e o calor humano subjacentes são o que importa. Elaboradas e compartilhadas por membros de um grupo por meio de trocas comunicativas midiáticas ou informais, representações sociais são visões consensuais da realidade que regem as relações dos indivíduos, entre eles e com o mundo, orientando e organizando condutas e interações (Jodelet, 1989; Moscovici, 1989). Uma vez que o objetivo prático desses sistemas de interpretação é dar significados ao objeto ao qual estão conectados (Jodelet, 1989), no caso da família, eles estão intimamente ligados ao conjunto de valores que esse agrupamento social evoca e que fornece sentido à vida e às identidades individuais e coletivas dos parentes. Quando traduzem uma aceção idealizada da família, as representações sociais não apenas reforçam o aspecto normativo do parentesco, como também alargam a discrepância entre as expectativas e as experiências reais de relacionamento.

Segundo Moscovici (1989), tudo que resulta da ideação coletiva nos afeta em maior ou menor grau (p. 84). Sendo assim, as representações sociais de família, ao cumprirem seu papel de modalidade de pensamento produzida socialmente, moldam o cenário no qual os sujeitos vivem e influenciam a constituição do saber sobre esse conjunto, as interações entre

os parentes e a negociação do parentesco. Ao se encaixarem nos conhecimentos preexistentes dos indivíduos sobre a vida familiar, as representações sociais de família servem para ajuste, condução ou localização, identificação ou resolução de problemas e tomada de posição no que concerne às relações interpessoais nesse espaço simbólico e emocional.

O valor de afetos e conflitos

À luz da psicologia social e da sociologia, a família, enquanto grupo, e as relações familiares são objetos sociais, como indicam a teoria das representações sociais e o caráter dos relacionamentos entre parentes, já mencionado anteriormente. Nessa direção, a teoria do afeto nas trocas sociais (Lawler, 2001) contribui para o entendimento da importância das emoções produzidas nos processos de interação da família.

Segundo Lawler (2001), interna e involuntariamente, os indivíduos experimentam emoções de diferentes formas e intensidades nas trocas sociais cotidianas, caracterizadas por uma atividade conjunta entre dois ou mais atores. A teoria propõe que a interpretação desses estados transitórios é fundamental para a definição do grau de articulação e solidariedade do sujeito com o grupo, uma vez que eles passam a ser associados àquela unidade social como um todo. Quando emergem sensações como prazer, orgulho e gratidão, classificadas como positivas, a tendência é que ocorra apego afetivo; já desagrado, vergonha e raiva, cujo sentido é negativo, causam descolamento emocional de um determinado agrupamento humano (Lawler, 2001, p. 348). Lawler (2001) observa que redes conectadas de forma positiva, em geral, encorajam todos os seus membros a se relacionarem uns com os outros repetidamente, o que cria um sentimento de semelhança social e identidade comum. O autor diferencia essas das redes conectadas negativamente, que costumam se tornar um conjunto de subgrupos fracamente interligados, cada um promovendo um senso de pertencimento interno maior do que a identidade do grupo inteiro. Nesses casos, a atribuição de significados ruins às emoções suscitadas pela interação com a unidade maior pode motivar os sujeitos a evitar esse tipo de troca, de modo a prevenir sentimentos desagradáveis.

A aplicação da teoria do afeto nas trocas sociais à reflexão sobre as famílias ajuda a entender porque esses grupos são considerados fontes de valores (Fonseca, 2004). De acordo com Lawler (2001), isso se deve às emoções experimentadas nas interações e ao processo de interpretação delas, que transformam os relacionamentos e as redes. Sensações positivas proporcionadas pelo convívio harmonioso geralmente estimulam a união entre os parentes,

enquanto desentendimentos gerados por conflitos frequentemente distanciam membros das famílias, diminuindo a identificação entre eles e fragmentando a unidade em conjuntos menores. O direito de descolamento afetivo é legítimo, visto que as relações de parentesco, justamente por se darem no conturbado conteúdo da vida diária, são potencialmente instáveis, vulneráveis a eventos e sujeitas à negociação (Sahlins, 2013, p. 9). Em sentido amplo, pode-se dizer que a teoria do afeto nas trocas sociais identifica algumas formas pelas quais mecanismos não racionais (surgimento involuntário das emoções) e racionais (atribuição de significados às emoções) se entrelaçam às experiências reais de interação familiar e influenciam as negociações das redes e do parentesco.

Conflitos e sentimentos negativos, como decepção, são praticamente inevitáveis na intimidade das famílias, sobretudo quando elas se tornam complexas e diversas, com múltiplos atores. Aprender a lidar com as diferenças entre projeções idealizadas e realidade nesses contextos é uma forma de desenvolver relações interpessoais mais maduras e recíprocas (Miller, 1997, 2007). Negociar os relacionamentos na família, portanto, significa encontrar um caminho de progredir apesar dos desapontamentos. Em sua teoria da incomensurabilidade, Ferguson (2012) propõe a valorização das diferenças inconciliáveis entre os parentes, pois elas, ainda que de forma dramática, “levam a uma vida familiar de prazer, aprendizado e maravilha” (p. 5).

O termo incomensurabilidade, popularizado no campo filosófico por Thomas Kuhn, invoca um problema de insolubilidade e expressa a ideia da incompatibilidade de perspectivas alternativas. Na política, o pluralismo de valor também é associado à impossibilidade de acordos, o que alçou a incomensurabilidade ao posto de “condição trágica da humanidade” (Ferguson, 2012, p. 6). Ferguson (2012) utiliza outra abordagem para analisar a questão. Para ele, a incomensurabilidade não resulta em problemas insolúveis, e as famílias são a prova disso, uma vez que parentes conseguem conviver mesmo com várias diferenças irremediáveis e sem que elas levem, inexoravelmente, a estagnação, conflitos e rupturas intermináveis.

Em todos os tipos de arranjos familiares, os indivíduos divergem entre si por fatores geracionais, inclinações, interesses e questões de personalidade, o que provoca a incomensurabilidade: o fato de que duas pessoas jamais vão se entender e se aceitar completamente devido às diferenças em suas motivações, seus valores e suas histórias (Ferguson, 2012, p. 5). Se, por um lado, ressalta o autor, as disparidades suscitam queixas, desconfiança, separação, desilusão, angústia, raiva e falhas de comunicação; por outro, elas

tornam a experiência da vida humana mais complexa, rica, interessante e intrigante, além de transformarem as pessoas em seres éticos e capazes de reagir às situações (p. 5).

Na realidade prática das famílias, a incomensurabilidade não impede que decisões sejam tomadas e brigas, resolvidas ou esquecidas, já que esses grupos sociais são o espaço simbólico onde ocorrem a maioria das negociações políticas e éticas humanas (Ferguson, 2012, p. 7). Segundo Ferguson (2012), a intimidade familiar é a comunidade mais intensamente praticada pela maioria das pessoas, e as relações entre parentes solapam a presunção de que a comunidade exige ou requer uma experiência coletiva e unificada (p. 9). Logo, a incomensurabilidade não é uma situação infeliz a ser superada, mas a condição contínua da existência humana engajada (Ferguson, 2012, p. 6).

Contudo, fazer política — ou seja, negociar — dentro da família não é uma tarefa simples, embora esse seja o lugar onde, provavelmente, mais se desenvolve tal habilidade (Ferguson, 2012, p. 10). Ferguson (2012) destaca que nem mesmo o fato de os familiares se conhecerem melhor do que a qualquer outra pessoa, devido ao convívio, torna a resolução dos conflitos mais fácil, porque seres humanos são potencialmente imprevisíveis e, portanto, surpreendentes. Por isso, ele argumenta, a intimidade das famílias é tão cheia de discussões e ressentimentos quanto de amor, apoio e companheirismo. O autor define a negociação como uma estrutura de criatividade que possibilita aos sujeitos viver como criaturas comuns e atores individuais simultaneamente, sentindo e criando seus caminhos através de papéis, expectativas, obrigações e potencialidades (p. 10).

A comunicação como constituinte das relações familiares

Uma vez que as famílias não operam sob modelos prescritivos, a comunicação familiar é extremamente importante para esse tipo de organização humana. Estudos de comunicação familiar de tradição americana entendem a interação como a via para a negociação dos relacionamentos entre parentes: ao organizar e legitimar as relações, como o próprio parentesco, os atos comunicativos se tornam partes constituintes do grupo social (Galvin & Braithwaite, 2014; Koerner & Fitzpatrick, 2006). Dessa forma, a família é formada, negociada, modificada ou dissolvida por meio da interação (Baxter, 2004; Craig, 1999 como citado em Galvin & Braithwaite, 2014, p. 97). Todos os comportamentos interativos, verbais e não verbais, entre os membros de uma família podem ser entendidos como comunicação familiar, cujo objetivo é estabelecer papéis, manter regras, cumprir

funções, sustentar vínculos e administrar conflitos (Vangelisti, 2004 como citado em Koerner & Fitzpatrick, 2006, p. 160).

Galvin e Braithwaite (2014) enfatizam que a perspectiva de que as famílias contemporâneas são construídas graças à interação social leva à compreensão de que esses grupos são dependentes do discurso. Segundo as autoras, a comunicação define quem está fora ou dentro da unidade, por possibilitar a manutenção do sentimento de pertencimento dos membros. Por meio do discurso, pessoas são nomeadas como “mãe”, “pai”, “irmão”, “primo” e “tio”, por exemplo — ainda que esses termos não correspondam a laços legais ou biológicos —; histórias que representam a identidade da família são narradas; e indivíduos são envolvidos em rituais relevantes para a coesão familiar, que variam desde a comemoração de feriados a rotinas comuns. Em um contexto em que o modelo familiar nuclear perdeu a hegemonia, a dependência do discurso se tornou “o novo normal” (Galvin & Braithwaite, 2014, p. 103). Ao mesmo tempo, estratégias de comunicação servem para dissolver ou rejeitar laços familiares (Galvin, 2009 como citado em Galvin & Braithwaite, 2014, p. 103).

Na era digital, novas tecnologias proporcionam novas formas de conexões interpessoais no contexto familiar, não só para aqueles parentes distantes geograficamente, mas também para os que experimentam o convívio diário. Por ocuparem um lugar na vida rotineira dos sujeitos, as mídias online afetam visões de mundo, comunidades, relacionamentos e identidades individuais e coletivas (Baym, 2010).

Ao analisar as interações sociais no ambiente online, a antropologia digital sustenta que as tecnologias digitais não tornaram os seres humanos mais mediados; elas apenas mudaram a natureza da mediação que proporciona o ato comunicativo (Miller & Sinanan, 2014). A noção de mediação é dialética e requer a compreensão de como os processos de comunicação mudam os ambientes sociais e culturais que os suportam, bem como as relações que os participantes da ação mantêm com esses ambientes e uns com os outros (Silverstone como citado em Madianou & Miller, 2012, p. 9). Nesse sentido, até mesmo uma conversa face a face é mediada, pois a mediação é a própria cultura e o contexto social em que ela se dá. O mundo digital somente deixa a mediação mais evidente (Miller & Horst, 2015).

Baseada no princípio da materialidade da cultura digital, que envolve tanto artefatos quanto contextos sociais (H. A. Horst & Miller, 2012; Machado, 2017a; Miller & Horst, 2015), a chamada *theory of attainment* se opõe à ideia de que os indivíduos perderam elementos essenciais do que os fazem humanos com a introdução das novas tecnologias

digitais na vida cotidiana (Miller & Sinanan, 2014). Dessa forma, a antropologia digital adota como hipótese a autenticidade das relações online, tal qual se atribui essa qualidade às vivências na esfera física. Segundo a *theory of attainment*, as tecnologias emergentes estão sempre conectadas fortemente às experiências socioculturais em curso: novos sentidos podem surgir desse elo, mas não uma mudança de essência (Machado, 2017a).

É interessante notar que o relacionamento entre os membros das famílias no ambiente online pode ser harmonioso e prazeroso, mas também conflitante e irritante, sem que uma característica exclua a outra, assim como ocorre no contato face a face. As mídias digitais proporcionam uma sensação de copresença (Madianou & Miller, 2012), ou seja, de compartilhamento de espaço físico, seja porque a Internet está incorporada ao cotidiano ou porque recursos visuais, como chamadas de vídeo, transmitem realismo. Madianou e Miller (2012) afirmam que, em uma situação de constante copresença, assume-se que um relacionamento é moldado quase que inteiramente pela experiência e pelo conhecimento que uma pessoa tem da outra (p. 101). A separação de parentes causada pela distância geográfica, ao impedir a copresença constante, prejudica a aquisição de saberes sobre o outro, fazendo com que a relação seja baseada apenas no aspecto normativo do parentesco, isto é, em projeções e expectativas de comportamentos, ressaltam os autores. No entanto, as mídias digitais, ao facilitar a comunicação entre os membros das famílias — com a possibilidade de contato diário, várias vezes ao dia e por diferentes plataformas —, aproxima esses indivíduos, permitindo que eles se conheçam mais. A revelação, no ambiente online, de aspectos até então desconhecidos sobre a personalidade dos demais pode fazer aflorar afetos e conflitos na intimidade familiar, e o parentesco, então, passa a ser vivido plenamente, entre sua estrutura formal e a realidade da experiência. Como demonstrado por Lawler (2001) e Ferguson (2012), emoções positivas e negativas estão diretamente associadas à construção e à desconstrução de relações interpessoais, ou seja, à natureza flexível e instável dos elos entre parentes.

O universo digital desvela qualidades e defeitos não só daqueles apartados geograficamente, mas também de parentes que convivem fisicamente, já que, para alguns, a Internet é o único lugar onde uma pessoa pode se tornar real e se expressar sem restrições (H. A. Horst & Miller, 2012, p. 15). O fato de as relações familiares online serem essencialmente contraditórias ratifica o aspecto dialético do uso da Internet, visto que os efeitos produzidos têm potenciais benéficos e prejudiciais ao mesmo tempo (H. A. Horst & Miller, 2012).

O barateamento das opções de interação oferecidas pelas tecnologias de comunicação, incluindo as digitais, inseriu as famílias em um ambiente *polymedia*, no qual as mídias disponíveis formam um conjunto estruturado, mas cada uma possui características específicas (Madianou & Miller, 2012). Nesse cenário, é preciso atentar para aspectos morais e sociais que norteiam as escolhas de consumo midiático, já que o preço e as funcionalidades das tecnologias não são mais os únicos fatores levados em conta. Ao passo que as tecnologias são moldadas socialmente e domesticadas por meio do consumo (Silverstone & Hirsch, 1992), a variedade dos tipos de interação passa a influenciar as relações no grupo familiar. A popularização do uso de *smartphones*, por exemplo, criou um estilo de vida sempre conectado — o dispositivo alia a portabilidade às funcionalidades da Internet — e trouxe implicações para a sociabilidade, a expressão de emoções e a negociação de relacionamentos entre os membros das famílias (Madianou, 2014). Por isso, o conceito de *polymedia* é central para análise da comunicação e das relações familiares no contexto atual, uma vez que opera toda sua complexidade de afetos, vínculos e conflitos presentes nos mundos online e offline.

Madianou e Miller (2012) destacam que a reflexão sobre o entrelaçamento dos meios de comunicação com a sociabilidade deve passar por parâmetros culturais, pois relacionamentos são parte de um conjunto de práticas dadas em uma determinada tradição. Não apenas as diferenças técnicas entre uma mídia e outra importam, mas também o tipo de socialidade que é valorizada no grupo e como as tecnologias podem ser usadas para facilitar as formas de interação (Madianou & Miller, 2012, p. 130). Dessa forma, os autores afirmam que relacionamentos e mídia são mutualmente moldados.

A interação de parentes no universo digital dá espaço para a expressão de rituais familiares, definidos como eventos de comunicação padronizados, voluntários e recorrentes, cuja atuação conjunta dos membros da família é uma homenagem ao que eles consideram sagrado em sua cultura (Baxter & Braithwaite, 2006b, p. 259 como citado em Galvin & Braithwaite, 2014, p. 105). Envolvem celebrações baseadas no calendário, tradições e práticas cotidianas, como felicitar alguém por ocasião do aniversário, trocar mensagens em comemorações de feriados como o Natal, e bendizer o próximo ao desejar-lhe boa noite antes de dormir. Os rituais são importantes para as famílias porque produzem e reproduzem a teia de relações sociais entre os sujeitos que a formam; assim, carregam um simbolismo profundo sobre as identidades familiar e individuais de seus integrantes (Baxter & Braithwaite, 2006b, p. 272 como citado em Galvin & Braithwaite, 2014, p. 106).

No entanto, a comunicação familiar é inerentemente problemática, porque possui um componente psicológico relativo apenas à cognição de cada membro da família (Koerner & Fitzpatrick, 2006, p. 161). Comportamentos interpessoais podem ter significados diferentes dentro do grupo, pois cada parente pode interpretá-lo de uma maneira própria, influenciado por crenças e valores que não necessariamente são partilhados por seus pares. Segundo Koerner e Fitzpatrick (2006), mesmo em famílias nas quais há uma intersubjetividade bem estabelecida por meio de negociações, não é possível garantir a inexistência de ambiguidades de sentidos, uma vez que nem sempre a realidade social compartilhada é idêntica. Com base na teoria proposta por Jodelet (1989), pode-se dizer que as representações sociais circulantes no grupo também exercem influência sobre a interpretação dos atos interativos na intimidade familiar. Se um dos componentes desse processo de significação é cognitivo e individual, o outro é interpessoal e coletivo (Koerner & Fitzpatrick, 2006, p. 160).

Todo esse emaranhado de fatores que integram a vida importa para a análise dos relacionamentos humanos à luz da antropologia digital (H. A. Horst & Miller, 2012, p. 4). Ao valorizar o holismo como um princípio básico, a teoria de escola inglesa vê a cultura digital como um quadro da experiência humana no mundo, que só pode ser compreendido quando relacionado aos outros quadros (do inglês *frame*) (H. A. Horst & Miller, 2012). Por isso, o exame da dinâmica de comunicação online dos membros de uma família requer um olhar para a interação desses sujeitos também na esfera física e para as implicações de uma na outra.

A mesma perspectiva teórica ainda destaca o relativismo cultural da cultura digital, já que esta resulta das experiências particulares de cada grupo no ambiente online e, assim, produz universalismos e localismos (Machado, 2017a). Isso quer dizer que a utilização da Internet é sempre uma invenção local de seus usuários, que determinam critérios e práticas aceitáveis (H. A. Horst & Miller, 2012, p. 19). No caso das famílias, cada uma dessas organizações sociais cria uma normatividade para as interações online, de modo que a homogeneidade não se aplica, ainda que seja possível fazer algumas generalizações a partir da observação de elementos comuns a várias dessas experiências.

Relacionamentos mediados na *polymedia*

A partir de um trabalho etnográfico com famílias transnacionais, que analisou as relações a distância entre mães que emigraram das Filipinas para trabalhar na Inglaterra e seus filhos que permaneceram no país asiático, Miller e Madianou (2012) desenvolveram uma

teoria dos relacionamentos mediados. De acordo com a teoria, as mídias podem formar, modificar e sustentar relacionamentos (Madianou & Miller, 2012, p. 150). Quando a distância impede a copresença, a tangibilidade da Internet ajuda a construir a relação entre os indivíduos. A transformação vem do fato de as tecnologias fornecerem ferramentas para o gerenciamento de emoções complexas e a negociação de ambivalências (Madianou & Miller, 2012, p. 147). Nesse sentido, estar em um ambiente *polymedia* importa para as famílias, porque a grande oferta de opções de interação permite a escolha de um meio ou a combinação de vários deles (a fim de que um supere as limitações do outro) para a melhor demonstração de sentimentos e a administração de tensões (Madianou & Miller, 2012, p. 147). Quanto à manutenção dos relacionamentos, Madianou e Miller (2012) observam que a mediação pode constituir a distância ideal para o desenvolvimento de relações puras, baseadas em uma aspiração de igualdade e perpetuadas graças às recompensas que proporcionam (Giddens, 1991, p. 6 como citado por Madianou & Miller, 2012, p. 145). Devido às discrepâncias entre o aspecto normativo e a experiência real do parentesco, os relacionamentos mediados se apresentam, para alguns, como fonte de equilíbrio entre a autonomia e o apoio emocional de que os parentes necessitam (Madianou & Miller, 2012, p. 146).

Um aspecto importante sobre a comunicação mediada é que ela tem potencial para acelerar a idealização e o amor, mas também pode exacerbar conflitos (Madianou & Miller, 2012, p. 148). Isso porque o ambiente *polymedia* amplia as emoções. Segundo Madianou e Miller (2012, p. 148), antes de as famílias terem à disposição uma gama de meios para interação, os confrontos na comunicação online se davam, sobretudo, por causa de ambiguidades originadas na incapacidade de o meio escolhido expressar a exata intenção interativa — por exemplo, pela falta de pistas discursivas, como entonação. Já a *polymedia*, dizem os autores, aproxima o ato comunicativo digital da copresença, fazendo com que as pessoas sejam confrontadas mais diretamente. Desse modo, a *polymedia* simplesmente leva os parentes a um embate mais completo com os problemas de relacionamentos que sempre fizeram parte da copresença (Madianou & Miller, 2012, p. 148).

Considerações finais

Dado o conjunto de fatores articulados que o compõe, o relacionamento familiar no ambiente online exige uma abordagem interdisciplinar para sua compreensão, a partir de

perspectivas teóricas que valorizem o holismo, a dialética e os relativismos culturais, já que cada grupo faz um uso próprio da tecnologia (H. A. Horst & Miller, 2012; Machado, 2017a).

Considerar o universo digital como uma dimensão real do vivido — onde as relações interpessoais são carregadas de emoções, afetos, conflitos, tensões e contradições — se faz necessário no mundo contemporâneo, caracterizado pela impregnação das novas tecnologias de comunicação no cotidiano dos indivíduos e dos grupos sociais. Além disso, o princípio da autenticidade dos relacionamentos online marca uma opção pelos sujeitos ativos, uma vez que a cultura digital não os fez perder a essência que os torna humanos nem os transformou em seres mais mediados (Miller & Sinanan, 2014).

Pode-se dizer que todas as pessoas vivem a experiência de integrar uma família, não só pela universalidade dessa organização social, como observa Lévi-Strauss (1980), mas porque ela não se restringe mais às fronteiras demarcadas pela biologia e pelo direito. O parentesco é uma construção sociocultural, estabelecido por meio de negociações (Miller, 2007; Sahlins, 2013) que equilibram a realidade e o aspecto normativo dos relacionamentos, formado por expectativas criadas a partir de representações sociais (Jodelet, 1989; Moscovici, 1989). Ainda que enfrente crises, a família persiste (Roudinesco, 2003): é nela em que se experimenta grande parte e as mais importantes das relações interpessoais íntimas, e o nível de satisfação com a vida está intimamente ligado à qualidade dessas relações (Koerner & Fitzpatrick, 2006). Sentimentos positivos e negativos fazem parte da intimidade familiar (Lawler, 2001), assim como diferenças inconciliáveis que, embora possam provocar queixas e distanciamento entre os membros do grupo, também são capazes de promover amadurecimento e prazer na convivência (Ferguson, 2012).

A interação é parte do que define a identidade da família, pois estabelece a via para manifestação de afetos, resolução de conflitos, negociação dos laços de parentesco e sustentação de vínculos, como demonstram estudos de comunicação familiar (Galvin & Braithwaite, 2014; Koerner & Fitzpatrick, 2002, 2006). Em um ambiente *polymedia*, as possibilidades de interagir são múltiplas, o que facilita o contato entre parentes, mas o torna mais complexo devido a questões sociais e morais envolvidas na escolha de cada mídia usada nos processos comunicativos (Madianou & Miller, 2012). Tendo em conta que as tecnologias midiáticas e a sociedade são mutualmente constituídas, é possível fazer uma análise integrativa, à luz de teorias com origem na antropologia, na sociologia, na comunicação e na

psicossociologia, que leve ao entendimento da dinâmica de relacionamento entre membros de uma família no ambiente digital e de como ela se entrelaça às relações familiares offline.

Referências

- Baym, N. K. (2010). *Personal Connections in The Digital Age*. Cambridge, Reino Unido: Polity Press.
- Berger, P. L., & Luckmann, T. (1966). *A construção social da realidade: Tratado de sociologia do conhecimento* (24th ed.). Petrópolis, Brasil: Vozes.
- Cooley, Charles H. (1962). Primary Groups. In A. P. Hare, E. F. Borgatta, & R. F. Bales. (Eds.), *Small groups: studies in social interaction*. Nova York, NY: Alfred A. Knopf.
- Ferguson, K. (2012). *All in the Family: On Community and Incommensurability*. Durham, NC: Duke University Press.
- Fonseca, C. (2004). Olhares antropológicos sobre a família contemporânea. In C. R. Althoff, I. Elsen, & R. G. Nitschke (Eds.), *Pesquisando a família: olhares contemporâneos*. Florianópolis, Brasil: Papa-Livro.
- Galvin, K. M., & Braithwaite, D. O. (2014). Theory and Research From the Communication Field: Discourses That Constitute and Reflect Families. *Journal of Family Theory & Review*, 6(1), 97–111. <https://doi.org/10.1111/jftr.12030>
- Hine, C. (2015). *Ethnography for the Internet: Embedded, Embodied and Everyday*. Londres, Reino Unido: Bloomsbury Academic.
- Horst, H. A., & Miller, D. (Eds.). (2012). *Digital Anthropology*. Londres, Reino Unido: Berg.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2012). Famílias e domicílios: Resultados da amostra. In Autor, *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro, Brasil: Autor. Recuperado de https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/97/cd_2010_familias_domicilios_amostra.pdf
- Jodelet, D. (1989). Représentations sociales : un domaine en expansion. In D. Jodelet (Ed.), *Les représentations sociales* (2nd ed., pp. 47–78). Paris, França: Presses Universitaires de France.
- Kehl, M. R. (2013). Em defesa da família tentacular. Recuperado em 28 de julho de 2018 de <https://www.fronteras.com/artigos/maria-rita-kehl-em-defesa-da-familia-tentacular>
- Koerner, A. F., & Fitzpatrick, M. A. (2002). Toward a Theory of Family Communication. *Communication Theory*, 12(1), 70–91. <https://doi.org/10.1093/ct/12.1.70>
- Koerner, A. F., & Fitzpatrick, M. A. (2006). Family Conflict Communication. In J. G. Oetzel & S. Ting-Toomey (Eds.), *The SAGE Handbook of Conflict Communication: Integrating Theory, Research, and Practice* (pp. 159–184). Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, Inc. <https://doi.org/10.4135/9781412976176.n6>
- Lawler, E. J. (2001). An Affect Theory of Social Exchange. *American Journal of Sociology*, 321–352. Recuperado de <https://digitalcommons.ilr.cornell.edu/articles/1262>
- Lévi-Strauss, C. (1982). *As estruturas elementares do parentesco* (3rd ed.). Petrópolis, Brasil: Vozes.
- Lévi-Strauss, C. (1980). A família. In C. Lévi-Strauss, K. Gough, & M. Spiro (Eds.), *A Família: Origem e Evolução*. Porto Alegre, Brasil: Villa Martha.
- Machado, M. (2017a). A teoria da antropologia digital para as humanidades digitais. *Revista Z Cultural*, 2. Recuperado de <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/a-teoria-da-antropologia-digital-para-as-humanidades-digitais/>
- Machado, M. (2017b). *Antropologia Digital e Experiências Virtuais do Museu de Favela*. Curitiba, Brasil: Appris.

- Madianou, M. (2014). Smartphones as polymedia. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 19(3), 667–680. <https://doi.org/10.1111/jcc4.12069>
- Madianou, M. (2016). Ambient co-presence: transnational family practices in polymedia environments. *Global Networks*, 16(2), 183–201. <https://doi.org/10.1111/glob.12105>
- Madianou, M., & Miller, D. (2012). *Migration and New Media: Transnational Families and Polymedia*. Abingdon, Reino Unido: Routledge.
- Miller, D. (1997). How Infants Grow Mothers in North London. *Theory, Culture & Society*, 14(4), 67–88. <https://doi.org/10.1177/026327697014004003>
- Miller, D. (2007). What is a Relationship? Is Kinship Negotiated Experience? *Ethnos*, 72(4), 535–554. <https://doi.org/10.1080/00141840701768334>
- Miller, D., & O, H. A. (2015). O Digital e o Humano: prospecto para uma Antropologia Digital. *Parágrafo*, 3(2), 91–112. Recuperado de <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/334/352>
- Miller, D., & Sinanan, J. (2014). *Webcam*. Cambridge, Reino Unido: Polity Press.
- Moscovici, S. (1989). Des représentations collectives aux représentations sociales : éléments pour une histoire. In D. Jodelet (Ed.), *Les représentations sociales* (2nd ed., pp. 79–103). Paris, França: Presses Universitaires de France.
- Roudinesco, E. (2003). *A Família em Desordem*. Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar Editor.
- Sahlins, M. (2013). *What Kinship Is - And Is Not*. Chicago, IL: The University of Chicago Press.
- Sarti, C. A. (1992). Contribuições da antropologia para o estudo da família. *Psicologia USP*, 3(1–2), 69–76. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771992000100007
- Silverstone, R., & Hirsch, E. (Eds.). (1992). *Consuming Technologies: media and information in domestic spaces*. Londres, Reino Unido: Routledge.
- Stacey, J. (1991). Backward toward the Postmodern Family: Reflections on Gender, Kinship, and Class in the Silicon Valley. In A. Wolfe (Ed.), *America at Century's End* (pp. 17–34). Berkeley, CA: University of California Press. Recuperado de <https://publishing.cdlib.org/ucpressebooks/view?docId=ft158004pr&chunk.id=d0e364&toc.dept=h=1&toc.id=d0e364&brand=ucpress>
- Venkatraman, S. (2017). *Social media in South India*. Londres, Reino Unido: UCL Press. <https://doi.org/10.14324/111.9781911307914>
- Wilson, S. M., & Peterson, L. C. (2002). The Anthropology of Online Communities. *Annual Review of Anthropology*, 31(1), 449–467. <https://doi.org/10.1146/annurev.anthro.31.040402.085436>